



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

10975 - Resumo Expandido - Trabalho - 4ª Reunião Científica da ANPEd Norte (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 05/GT 11 - Estado e Política Educacional e Políticas de Educação Superior

A INFLUÊNCIA DOS ORGANISMOS MULTILATERAIS NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS E A FORMAÇÃO DO SUJEITO GLOCAL

Gabriella Machado Nobre - UFAM - Universidade Federal do Amazonas

Kátia de Oliveira Lima - UFAM - Universidade Federal do Amazonas

Fabiane Maia Garcia - Fundação Universidade do Amazonas - PPGE da UFAM

Agência e/ou Instituição Financiadora: FAPEAM

A INFLUÊNCIA DOS ORGANISMOS MULTILATERAIS NA FORMAÇÃO DO SUJEITO GLOCAL

INTRODUÇÃO

O processo educacional se desdobra em um sistema capitalista neoliberal. Esse último para se sustentar necessita de um certo modelo de indivíduo, alinhados a um conjunto de normas, de uma racionalidade que “tem como característica principal a generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação” (DARDOT; LAVAL, 2020, p. 17).

Considerando que a formação do sujeito empresa de si perpassa pelo processo educacional, onde esse sujeito é afetado pelo conjunto de normas neoliberais, que se desdobram na sociedade em rede, nos interessa saber: como organismos multilaterais influenciam na formação do sujeito glocal?

Neste estudo analisaremos quais estratégias os organismos multilaterais utilizam para influenciar nas políticas públicas educacionais brasileiras, logo na formação do sujeito glocal. O trabalho será desenvolvido a partir de 4 categorias de análises que se inter-relacionam, a saber: Sujeito glocal; Organismos multilaterais; Políticas públicas e Educação.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica na qual adotaremos a Cartografia dos saberes como estratégia de pesquisa alinhada a abordagem sistêmica, os dados serão analisados a partir da análise do discurso.,

OS ORGANISMOS MULTILATERAIS E A FORMAÇÃO DO SUJEITO GLOCAL

Transformações históricas, sociais, políticas e econômicas movidas pela revolução tecnológica e pelo neoliberalismo modelaram não apenas relações internacionais bem como as relações internas das nações, configurando a sociedade em rede, na qual a influência do terceiro setor e dos organismos internacionais na constituição e implementação de políticas educacionais brasileiras torna-se cada vez mais evidente (TARLAU; MOELLER, 2020).

Dentro deste processo os dispositivos de poder e os organismos multilaterais exercem uma influência significativa. Segundo Foucault (2019) há um esquema de docilidade do corpo que se articula em um conjunto de técnicas e dispositivos para sujeitar e controlar os corpos, como forma de dominação.

Partindo do pressuposto de que tudo está ligado, acordos econômicos interferem diretamente no sistema educacional. Dito isso, destacamos o Consenso de Washington, ao qual o Brasil aderiu na década de 1990, no qual instituições econômicas internacionais como Banco Mundial (BM) e Fundo Monetário Internacional (FMI) elaboraram estratégias para recuperação econômica dos países em desenvolvimento da América Latina.

Desde então, políticas do sistema educacional nacional brasileiro são instituídas sob a égide deste acordo, o que intensificou a aplicação da lógica de mercado na educação básica, dentre elas a parceria público-privada em projetos educacionais e a influência de outros organismos internacionais como Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OCDE) e Organização das Nações Unidas (ONU).

Para Canan (2009, p.72) “Essa lógica passou a fazer parte do pensamento hegemônico que se instalou a partir do consenso de Washington, cujas bases firmaram na crítica ao Estado regulador e na defesa do retorno ao estado liberal”. Na atualidade, podemos perceber a expansão da dimensão econômica nas reformas educacionais, e também nos currículos da educação básica brasileira alicerçados nos critérios de habilidades e competências, “para o BM, o sentido principal do sistema educativo seria a produção de recursos humanos (também denominado ‘capital humano’)” (CORAGGIO, 2000, p. 59). Segundo Laval (2021, p.71) “a noção de capital humano, apesar de não ser a revolução econômica que muitos viram nela, permitiu que o olhar que se tinha sobre a despesa com educação passasse de consumo para investimento”.

Um sistema de educação para formar capital humano, direcionada ao preparo dos estudantes para concorrerem entre si, para a economia de mercado em oposição à formação integral dos sujeitos, é neoliberal. Isso ilustra o porquê da substituição do conhecimento por competências nos currículos e diretrizes educacionais. Quanto a essa questão Laval (2021, p. 76) comenta que “o emprego estratégico do termo tanto na empresa como na escola é

indissociável da nova ‘gestão de recursos humanos’, em que a escola representa o papel primitivo”.

Destacamos a influência dos chamados organismos multilaterais seja pelo poder econômico em financiar educação pública ou pelo poder de elaborar relatórios indicando quais diretrizes educacionais cada país deve seguir para crescer economicamente. Sobre isso Melo (2021, p. 16) comenta

Tais organismos internacionais que desde sua criação apresentaram uma correlação de forças sociais em conformidade com vários grupos privados e países hegemônicos capitalistas, sob o vetor da assistência internacional ao desenvolvimento; têm logrado interferir de diferentes formas principalmente na condução da economia e das políticas públicas de países ao redor do mundo. Desde o final do século passado, tanto o BM quanto a OCDE renovam seu conceito de capital humano e seus projetos e programas, sugerindo mudanças aos países e às mais diversas instituições que atuam no campo da educação.

No território brasileiro, recentemente foi implementada a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a qual padroniza a educação básica ditando conteúdos obrigatórios que devem constar nos currículos, a fim de desenvolver habilidades e competência necessárias ao sujeito do século XXI. O documento alude que esses conteúdos estão alinhados aos objetivos da OCDE e UNESCO e que são basilares para as avaliações de larga escala (BRASIL, 2017).

No referido documento há a indicação de que o currículo além dos conteúdos obrigatórios deverá contemplar uma parte diversificada, a qual seja constituída por elementos culturais, econômicos e sociais de cada região e localidade. Contudo, essa parte diversificada pode ser invisibilizada neste processo, visto que, em um sistema de padronização e onde a concorrência é palavra de ordem, o que tende a prevalecer é a parte comum da BNCC em detrimento da diversificada, a qual não é objeto das avaliações de larga escala.

O documento supracitado até chega a propor uma abordagem interdisciplinar da organização dos componentes curriculares, o que estaria no percurso à transdisciplinaridade, mas ao orientar políticas para elaboração de materiais pedagógicos; avaliação; formação inicial e continuada de professores; elaboração dos currículos e propostas pedagógicas tende a inviabilizar essa abordagem, visto que os materiais elaborados deverão estar alinhados as competências que serão aferidas nas avaliações de larga escala. Dessa maneira, a tendência é não contemplarem as especificidades locais, mas sim as competências “gerais”, logo um diálogo entre os conteúdos curriculares, os acontecimentos globais, as especificidades regionais e pessoais dos estudantes estarão à margem desse conjunto de materiais.

Essas avaliações de larga escala, recomendadas pelos organismos multilaterais, servem de parâmetro não só para comparar os estudantes entre si, mas também as instituições de ensino, logo o corpo docente. Segundo Laval (2021, p.83)

Esse ensino esfacelado utiliza todas as novas técnicas de avaliação que, com o pretexto de racionalizar, acabam desmembrando os saberes e as habilidades em elementos isoláveis analiticamente e, no fim das contas fatiando o ‘educando’ em registros de competências, segundo se acredita, são discerníveis na avaliação.

Essa avaliação se dá em um processo que todas as demais dimensões da vida do

estudante não são levadas em consideração. Se ele está em um determinado ano de ensino, não a região do país ou sua condição socioeconômica é indiferente, ele será avaliado a partir de conteúdos padronizados e sob o discurso da meritocracia, a partir do qual é levado a acreditar que o seu sucesso só depende de seu esforço.

Há uma imbricação entre políticas educacionais, avaliações de larga e racionalidade neoliberal. Nesse cenário emergem muitas empresas que em sua descrição se apresentam como engajadas na promoção da justiça social, indicando que o retorno econômico não é a única coisa que as move, se mostram interessadas em “contribuir” com a educação escolar. São Fundações e Instituições sem fins lucrativos aparentemente preocupadas, unicamente, em contribuir com a justiça social.

Entre elas destacamos a Fundação Lemann (FL), a qual tem como visão a equidade e como missão a garantia da aprendizagem e resolução de desafios complexos no Brasil (FUNDAÇÃO LEMANN). Cabe destacar que a referida fundação está ligada ao Grupo Lemann, instituição privada acionista de empresas multinacionais como AB Inbev, além de ser *holding* (controlador) e/ou mantenedor de companhias de diferentes ramos como lojas Americanas, Revista Nova Escola e o Grupo Eleva Educação.

Essa instituição nos chama à atenção pela sua influência nas políticas educacionais, como na BNCC, pelo seguimento de materiais pedagógicos e de inovação tecnológica que investe e/ou apoia, como soluções tecnológicas em educação, formações para secretarias de educação que querem conectar suas escolas à internet de alta velocidade e plataformas como o Khan Academy e Letrus (IDEM).

Isso nos mostra que em um contexto neoliberal no qual a racionalidade econômica dita os valores e comportamentos esperados dos hoje estudantes, amanhã mão-de-obra, maneiras de possibilitar a materialização dessa estratégia são indicadas pelo mercado que priorizam “qualidades úteis da personalidade empregável” (LAVAL, 2020, p. 83).

MÉTODO

Este estudo é de caráter bibliográfico e documental. Para seu desdobramento adotaremos como método de pesquisa a Cartografia dos saberes, a qual segue “trilha de saberes pessoais, trilha de saberes teóricos, trilha usina de produção e trilha dimensão intuitiva da pesquisa” (BAPTISTA, 2020, p.50).

Esse processo autoriza ao pesquisador desenhar seu mapa investigativo, o qual é cambiante e vai se metaforizando de acordo com as paragens, atravessando territórios disciplinares incomunicáveis em métodos tradicionais de pesquisa.

No processo de escolha de base epistemológica-filosófica, para este estudo, optamos pela complexa sistêmica a qual nos ajuda a engendrar diálogos entre diferentes áreas do

conhecimento, transpassando barreiras disciplinares. Manteremos diálogos com autores que são considerados contemporâneos, entre eles estão Edgar Morin (2015), Foucault (2014), Christian Laval e Pierre Dardot (2020) entrelaçando com orientações contidas na Base Nacional Comum Curricular. Acreditamos que a partir desse diálogo alcançaremos o objetivo do estudo, que é responder a seguinte questão: como organismos multilaterais influenciam na formação do sujeito glocal?

Para a análise dos dados elegemos a análise do discurso foucaultiana. Nessa etapa, que se dará em todo o processo, consideraremos não o sentido etimológico das palavras, mas o contexto político e econômico global, histórico. Buscando trazer a luz o que está implícito no documento e nas tomadas de decisões.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As discussões levantadas neste estudo tiveram como pano de fundo a influência dos organismos multilaterais nas políticas públicas educacionais e sua influência na formação do sujeito glocal. Essa influência é compreendida como atividade de internacionalização.

A influência de organismos internacionais nas políticas educacionais brasileiras fica evidente na BNCC, documento que institui diretrizes para os currículos nacionais e destacam que seus objetivos estão alinhados a OCDE e da UNESCO.

Influência essa que afeta diretamente o sujeito glocal visto o alinhamento entre políticas como a BNCC e as avaliações de larga escala, as quais apresentam implicitamente o princípio da concorrência e entre seus objetivos ranquear instituições escolares e estudantes, a relação entre o conhecimento erudito e os saberes locais tendem a continuar a margem do processo educacional escolar por não ser de interesse desse recurso avaliativo e do projeto neoliberal, o qual prima pela padronização social, influenciado a formação do sujeito glocal.

No que concerne a influência da Fundação Lemann, gostaríamos de fazer dois apontamentos, primeiro: em 2017 a Fundação Lemann e a Omidyar Network, empresa de investimento filantrópico, afirmaram que iriam investir US\$ 3 milhões com o objetivo de apoiar empreendedores e projetos de tecnologias educacionais a fim de apoiar redes, escolas e professores na implementação das novas orientações curriculares previstas na (BNCC) (GUIMARÃES, 2017); Segundo: “A aquisição da Revista Nova Escola/Gestão (em 2015) está permitindo que a FL divulgue com maior amplitude os encaminhamentos para a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), nas escolas, por meio do guia de competências” (PERONI; OLIVEIRA, 2019).

Esses dois apontamentos evidenciam não apenas a influência dos organismos multilaterais na educação pública, emerge também o encadeamento entre as ações filantrópicas, “desinteressadas” e o gerenciamento implícito da educação pública por ele, desde a produção de materiais até a formação de professores.

O gerenciamento da educação pública pelo setor privado justifica a oferta de formações para professores alinhadas a BNCC; a difusão dos planos de aula através de revista de grande circulação no meio docente e o investimento em plataformas digitais, sob a égide da inclusão digital pela FL.

Ademais, é impossível falarmos hoje sobre políticas educacionais sem relacionar com ações dos organismos multilaterais, em especial em países da América Latina e Caribe. Suas carências econômicas são terreno férteis para a política neoliberal (CANAN, 2016), no qual busca-se formar um sujeito global para uma sociedade globalizada, homogêneo, e ao mesmo tempo flexível, preparado para atender as demandas emergentes das transmutações econômicas e sociais.

CONCLUSÃO:

Ainda que os Estados sejam soberanos, é notório o papel dos organismos multilaterais como atores interessados, os quais têm como proposta contribuir com a formulação de políticas, em destaque as políticas educacionais. Estas organizações internacionais elaboram orientações, financiam ações visando o interesse próprio ou trazem em seu discurso variadas problemáticas e uma proposta de políticas que podem ser adotadas pelas nações com a qual se relacionam ou mantêm alguma interdependência. Interesses esses que guiaram a implementação da BNCC, com a participação de organizações privadas e de consultoria internacional na elaboração dos textos, trazendo conteúdos com base em uma matriz liberal (THIESEN, 2019).

À luz da revolução da tecnologia da informação e como reflexo da reestruturação do sistema capitalista, este resumo compreendeu como foco a formação do sujeito glocal como uma categoria de análise se inter-relacionando com as outras: sociedade em rede, educação básica e internacionalização. Identificamos estas categorias voltadas para o mercado de trabalho. As discussões sobre o currículo compreendem as competências necessárias do sujeito do século XXI. Tendo em vista que pela educação neoliberal este não estava preparado para se inserir no mercado de trabalho. Dessa forma, nota-se o discurso neoliberal do terceiro setor como influência da elaboração do documento da BNCC.

A metodologia bibliográfica e documental deste resumo, bem como a Cartografia dos saberes como método investigativo nos permitiu responder a problemática acerca da influência dos organismos multilaterais na implementação das políticas educacionais e na formação do sujeito glocal. Sendo a BNCC um exemplo desta influência e compreendida como uma atividade de internacionalização.

Palavras-chave: Sujeito glocal; Organismos multilaterais; Políticas públicas e Educação.

REFERÊNCIAS:

BAPTISTA, Maria Luiza Cardinale. “Amar la trama más que el desenlace!”: Reflexões sobre as proposições Trama Eossistêmica da Ciência, Cartografia dos Saberes e Matrizes Rizomáticas, na pesquisa em Turismo. **Revista de Turismo Contemporâneo**, v. 8, n. 1, p. 41-64, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/turismocontemporaneo/article/view/18989/12720>> Acesso em: 20 de abril de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular-BNCC**. Brasília, DF: MEC, 2017.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. Tradução Roneide Venâncio Majer. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019. 698p. (A Era da Informação: economia, sociedade e cultura,1).

CANAN, Silvia Regina. **Influência dos organismos internacionais nas políticas educacionais**: só há intervenção quando há consentimento. Campinas: Mercado das Letras, 2016.

_____. **Diretrizes nacionais para a formação de professores da educação básica: tensões e limites entre o específico e o pedagógico na formação docente**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, UNISINOS. São Leopoldo, RS. 2009. Disponível em: <<http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/2089>> Acesso em: 02 de abril de 2022.

CORAGGIO, José Luis. **Desenvolvimento humano e educação: o papel das ONGs latino-americanas na iniciativa da educação para todos**. Cortez Editora, 2000.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**. Boitempo editorial, 2020.

FUNDAÇÃO LEMANN. **QUEM SOMOS**. Disponível em: <<https://fundacaolemann.org.br/institucional/quem-somos>> Acesso em: 14 de maio de 2022.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Rio de Janeiro: Vozes, 2019.

GUIMARÃES, Ligia. Lemann e Omidyar investirão US\$ 3 milhões em apoio a base curricular. **Valor Econômico**, São Paulo, 17 maio 2017. Disponível em:<<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2017/05/17/lemann-e-omidyar-investirao-us-3-milhoes-em-apoio-a-base-curricular.ghtml>> Acesso em: 17 de maio de 2022.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. Boitempo Editorial, 2021.

MELO, Adriana Almeida Sales de. Desenvolvendo competências e habilidades para o trabalhador do futuro: caminhos do Banco Mundial e da OCDE. **Revista Lusófona de Educação**, v. 51, n. 51, 2021. Acesso em: 08 de março de 2022. Disponível em: <<https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/7706>> . Acesso em: 14 de maio de 2022.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2011.

PERONI, Vera Maria Vidal; OLIVEIRA, Cristina Maria Bezerra de. O marco regulatório e as parcerias público-privadas no contexto educacional. **Práxis Educacional**, v. 15, n. 31, p. 38-57, 2019. Disponível em: <<https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/4657>> Acesso em: 17 de maio de 2022.

TARLAU, R.; MOELLER, K. **O consenso por filantropia: Como uma fundação privada**

estabeleceu a BNCC no Brasil. Currículo sem Fronteiras, v. 20, n. 2, pp. 553-603, maio/ago. 2020.

THIESEN, Juares da Silva. Políticas curriculares, Educação Básica brasileira, internacionalização: aproximações e convergências discursivas. **Educação e Pesquisa**, v. 45, 2019.